

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JULIANA GRUBER

O DISCURSO PRECONCEITUOSO NA LITERATURA INFANTIL DE
MONTEIRO LOBATO

CURITIBA

2015

JULIANA GRUBER

O DISCURSO PRECONCEITUOSO NA LITERATURA INFANTIL DE
MONTEIRO LOBATO

Trabalho apresentado como requisito parcial
à obtenção do grau de especialista do curso
de Especialização em Educação das
Relações Étnico-raciais, do Núcleo de
Estudos Afro-brasileiros (NEAB), da
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Orientadora: Profa. Tatiane Valéria Rogério
de Carvalho.

CURITIBA

2015

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares e amigos que sempre incentivaram e acreditaram nesse sonho.

Muito obrigada!!

“Não se pode consagrar uma obra por um único valor, senão por vários, dada a sua travessia pela história e pelo jogo das relações sociais que a recebem.”
(Monteiro Lobato)

RESUMO

Esta monografia tem o intuito de analisar o discurso preconceituoso presente nas obras *Histórias de Tia Nastácia*, *Caçadas de Pedrinho* e *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato, a fim de evidenciar esse discurso para que o professor tenha subsídios para desenvolver um encaminhamento metodológico de acordo com a Lei n. 10.639/2003. Para isso, é apresentada a Lei n. 10.639/2003 e sua relação com o livro literário; a importância da literatura infantil para o ensino de questões étnico-raciais; e o contexto histórico e cultural em que viveu Monteiro Lobato. Como suporte teórico para análise, são utilizados alguns conceitos da teoria da Análise do Discurso (AD), de linha francesa (pechetiana), como discurso, ideologia e sujeito. A partir da análise das obras de Monteiro Lobato, é destacado o discurso preconceituoso sobre a personagem negra Tia Nastácia, proporcionando, assim, uma reflexão sobre a ideologia preconceituosa do início do século XX.

Palavras-chave: Monteiro Lobato. Literatura infantil. Preconceito. Lei n. 10.639/2003.

ABSTRACT

This monograph aims analyze the prejudicial speech restrained in the Works *Histórias de Tia Nastácia*, *Caçadas de Pedrinho*, e *Reinações de Narizinho*, by Monteiro Lobato, to give the teacher aids to develop a methodological function according to the Law n.10.639/2003. To that, is submitted a brief context to explain why the Law n.10.639/2003 was implanted and its relation to the books; the importance of child literature to teach about ethical-racial subjects; and the historic and cultural context that Monteiro Lobato lived. As a theoretical support to the analysis, some concepts of the Speech Analysis (SA) theory, by the Teoria Pechetiana, as speech, ideology and subject. Starting with the analysis of Monteiro Lobato's work, it is highlighted the prejudicial speech over the black character Tia Nastácia, providing a reflection about the hostile ideology of the beginning of the twentieth century.

Key words: Monteiro Lobato. Children's literature. Prejudice. Law n. 10.639/2003.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 LEI N. 10.639/2003 E A LITERATURA	10
3 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL	14
4 MONTEIRO LOBATO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO	20
5 ANÁLISE DE DISCURSO	25
6 ANÁLISE DAS OBRAS DE MONTEIRO LOBATO.....	27
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36
ANEXO.....	38

1 INTRODUÇÃO

Monteiro Lobato é um dos maiores escritores de histórias infantis do Brasil. Suas obras representam a realidade brasileira misturada a fantasias. Assim, conseqüentemente junto a essa realidade, surgiram obras com discursos preconceituosos, algo bastante evidente no contexto da época de suas produções. Isso, recentemente, vem gerando discussões em torno de um possível racismo do autor, como mostra uma publicação feita pela *Revista Bravo*, em maio de 2011, que apresenta cartas escritas por Monteiro Lobato que mostravam a sua admiração pela eugenia e pelo Ku Klux Klan.

Esse assunto, sobre a ideologia preconceituosa de Monteiro Lobato, vem sendo discutido desde 2010, quando o Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA) moveu uma ação contra a obra *As caçadas de Pedrinho*, publicada em 1933, onde há trechos polêmicos referindo-se a Tia Nastácia.

As obras do autor Monteiro Lobato estão disponíveis nas bibliotecas públicas em todo o país, fazendo parte também do programa do governo federal “Programa Nacional Biblioteca nas Escolas”. Diante dessa realidade, os profissionais da educação devem estar atentos às questões étnico-raciais, para que o preconceito presente no discurso das obras desse autor não seja reforçado, mas sim refletido, dadas as devidas contextualizações.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar o discurso preconceituoso presente nas obras *Histórias de Tia Nastácia*, *Caçadas de Pedrinho* e *Reinações de Narizinho*, de Monteiro Lobato, a fim de evidenciá-lo para que o professor desenvolva um encaminhamento metodológico de acordo com a Lei n.10.639/2003, proporcionando ao educando uma reflexão sobre a ideologia preconceituosa da época.

Para isso, no capítulo “Lei n. 10.639/2003 e a literatura” é apresentado um breve histórico da população negra no Brasil, desde o período colonial, e o reflexo da época na sociedade atual; também são abordadas as conquistas adquiridas pelos movimentos negros após abolição da escravatura, sendo uma delas a implantação da Lei 10.639/2003; bem como a estratégia utilizada por muitos professores para cumprir essa lei nas escolas: o uso de livros literários para abordar os temas raciais, especialmente a literatura infantil.

No capítulo “A importância da literatura infantil” é abordada a transformação com que a infância passou a ser vista pela sociedade e pela escola, a partir da segunda metade do século XVIII; comentado sobre a inexistência inicial de livros escritos para as crianças, visto que não havia interesse dos autores por esse público, e sobre as primeiras histórias infantis adaptadas de contos adultos. Como apenas em 1880 os escritores começaram a escrever histórias para o público infantil, também é explicado, nesse capítulo, a importância da literatura na vida infantil, pois além de despertar o mundo da fantasia, possibilita à criança realizar a sua própria leitura de mundo.

Já no capítulo “Monteiro Lobato e seu contexto histórico” é relatada a história de Monteiro Lobato, seus ideais políticos e seu grande interesse por escrever para o público infantil. Há também um breve resumo do período histórico e literário que suas obras se encontram.

No capítulo “Análise do Discurso” é apresentada a teoria da Análise do Discurso, de linha francesa (pechetiana), e definido alguns conceitos, como discurso, ideologia e sujeito, a fim de utilizá-los como fundamentação para análise do discurso das obras.

Por fim, no capítulo “Análise das obras de Monteiro Lobato”, são analisados trechos das obras de Monteiro Lobato, cujo discurso preconceituoso se refere, principalmente, a personagens negros, em especial à Tia Nastácia.

2 LEI N. 10.639/2003 E A LITERATURA

A história da população negra no Brasil sempre foi relatada pela condição escravista. Esses relatos podem ser observados em obras de arte, telenovelas e literatura, em que se limitou a descrever o negro na esfera econômica como mercadoria, na esfera cultural como um ser humano raro/estranho e no âmbito político como incapaz de ter uma visão propositiva.

Tais acontecimentos no período colonial dificultaram o acesso da população afro-brasileira a condições de igualdade, ao mercado de trabalho e, principalmente, à educação. Mesmo depois da abolição da escravatura, os resquícios do período colonial permaneceram em forma de estereótipos, discriminações e racismo, mantendo também a hierarquia entre brancos e negros.

No entanto, essas questões étnico-raciais foram levadas em consideração após a segunda metade do século XX. Primeiramente, surgiu uma ideologia do branqueamento físico e cultural, que promoveu a imigração europeia. Posteriormente, teve a democracia racial¹ que tinha em seu discurso a harmonia entre negros, brancos e índios, e que possibilitou o disfarce da hierarquia e da discriminação entre brancos e “não brancos”.

Após esse período, em várias cidades do país, movimentos negros começaram a se organizar e a reivindicar seus direitos como cidadãos. As principais reivindicações eram o direito ao acesso à educação básica e a revisão ampla da forma como o negro aparece retratado na História do Brasil. Questionamentos sobre as imagens presentes nos livros didáticos, termos pejorativos e a estruturação curricular passaram também a ser temas bastante discutidos por esses movimentos.

Assim, uma das conquistas dos movimentos negros foi a implementação da Lei n. 10.639/2003 (ver anexo), que visa retratar a história do negro com o mesmo valor das demais povos que migraram para o Brasil e suprimir uma visão eurocêntrica da década de 1930. Essa Lei propõe uma nova postura

¹ Entende-se que a democracia racial é a ideia de que o povo brasileiro é formado pela mistura de três raças, sendo elas unidas por uma democracia, em que todos têm os mesmos direitos. (TRINDADE, 2014, p. 73-119).

pedagógica, que promova a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial e a equidade, devendo ser cumprida por todos os sistemas de ensino.

Observa-se que um fator preocupante, ainda nas escolas, é a presença de livros didáticos e paradidáticos que reforçam conceitos pejorativos, imagens de discriminação e a retratação da África apenas como continente pobre e com tragédias. Sendo essa uma realidade das escolas, é de extrema importância que as instituições de ensino, órgãos competentes, ofereçam aos educandos livros de qualidade, que promovam a superação dessa perspectiva generalista.

Sendo assim, um dos princípios adotados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o direcionamento dos livros didáticos para uma sociedade cidadã, em que se promova a imagem do afrodescendente de forma positiva, valorizando a sua cultura, tradições, saberes e organizações, abordando, assim, a temática do preconceito, das relações étnico-raciais e da discriminação racial.

Outro programa do governo federal que vêm contribuindo para a distribuição de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem e visem ao ensino e à aprendizagem das relações étnico-raciais, promovendo o acesso à cultura e o incentivo à leitura de qualidade, é o Programa Nacional Biblioteca nas Escolas. Entre os livros distribuídos por esse programa estão algumas obras de Manuel Bandeira, Luis Fernando Veríssimo, Mario Quintana, Ziraldo, Eva Furnari e Monteiro Lobato, autor tema da pesquisa.

Assim, verifica-se que a literatura se tornou, ao longo da implementação da Lei n. 10.639, material de apoio utilizado por professores das redes de ensino para discutir e trabalhar com as questões étnico-raciais em sala de aula. (Além das obras distribuídas pelo programa, os professores utilizam, também, as obras de Ana Maria Machado, Júlio Emílio Bras, Mia Couto, Oscar Guéli, entre outros.).

No entanto, cabe destacar ser indispensável uma escolha adequada dos materiais destinados ao público infantil, no que se refere à literatura infantil, cabendo ao professor utilizar uma metodologia que possa instigar a leitura e resultar em uma compreensão e verbalização por parte dos alunos com relação aos conhecimentos dos valores que norteiam a sociedade letrada (ZILBERMAN, 1994, p. 100).

Segundo Zilberman:

[...] A sala de aula é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do gosto pela leitura, assim como um importante setor para intercâmbio da cultura literária, não podendo ser ignorada, muito menos desmentida sua utilidade. Revela-se imprescindível e vital um redimensionamento de tais relações, de modo a transformá-las eventualmente no ponto de partida para um novo e saudável diálogo entre o livro e seu destinatário mirim. (1994, p.14)

Assim, a escola precisa evidenciar e estimular a conversa acerca de assuntos diversos, como a questão étnico-racial, provocando o interesse e não um mero sentimento de obrigação pelo ato de ler. Ainda para a autora (1994, p.14), a promoção de momentos em que o aluno se depare com situações de leitura, cujos fatos possam ser compreendidos e relacionados com a realidade, precisa ser constante, efetivando a interação da leitura com o mundo real, permitindo, assim, uma leitura de mundo mais reflexiva e a promoção de diálogos entre textos de diferentes fontes.

Por exemplo, ao se utilizar a leitura de obras infantil de Monteiro Lobato, *corpus* de análise deste trabalho, com alunos da Educação Infantil, é necessário que o professor tenha o conhecimento de que nelas existem discursos preconceituosos sobre o negro, característica marcante da época em que a obra foi escrita. Ou seja, deve haver uma leitura reflexiva, relacionada ao contexto social da época e atual.

Portanto, o uso da leitura literária como recurso para o ensino e aprendizagem, coloca os alunos diante de opiniões e pensamentos postos por autores/escritores, que resultam em formas de pensar e enxergar a cultura e o mundo que estamos inseridos. Desse modo, necessita-se de um mediador, no caso o professor, que proporcione momentos de reflexão sobre o que está sendo lido. Esse professor, antes de realizar trabalhos de leitura, deve ter acesso à obra, dominar o conteúdo a ser explorado em sala de aula e realizar uma investigação acerca do método de ensino que o auxilie no processo de letramento, para que enfatize o valor inquiridor e cognitivo da literatura selecionada (ZILBERMAN, 1994, p. 100).

Literaturas infantis, como a de Monteiro Lobato, possibilita às crianças adquirirem cultura e conhecimento sobre a questão étnico-racial, assunto tão

importante para a história brasileira e tema obrigatório a ser discutido e refletido em sala de aula.

3 A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL

Para entender a importância da literatura infantil, cabe, primeiramente, apresentar um breve panorama de sua origem.

Os primeiros livros escritos para o público infantil no Ocidente surgiram na Idade Média, tanto na forma popular quanto na forma culta, e eram repletos de magias distintas da vida real. Cabe destacar que a primeira manifestação relacionada à produção de materiais literários para crianças foi o livro didático.

Nos séculos IX e X, na Europa, começam a circular oralmente as primeiras histórias populares, que mais tarde foram passadas para livros e conhecidas como literatura infantil. Na metade do século XVIII, na França, surgem os contos de fadas. E assim a criança passou a adquirir um novo papel na sociedade, como público consumidor, cultural e sujeito de novos ramos da ciência.

No Brasil, os primeiros livros destinados às crianças surgiram apenas no final do século XIX, período em que o país estava mudando de regime político. Nesta época, o Brasil estava progredindo e o aparecimento dos primeiros livros para as crianças fazia parte deste processo, já que era uma das exigências da nova classe média urbana. Segundo Zilberman:

A nova valorização da infância gerou maior união familiar, mas igualmente os meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e a manipulação de suas emoções. Literatura e escola, inventada a primeira e reformada a segunda, são convocadas para cumprir esta missão. (1994, p.13).

A obrigatoriedade de frequentar a escola para toda a sociedade, não apenas para a burguesia, torna a presença da criança na escola como algo natural. Como essa ação tinha o intuito de prepará-los para o mundo, conseqüentemente a escola passou a ser vista como um espaço de mediação entre a criança e a sociedade.

De acordo com Zilberman (1994, p.65), a criança quando frequenta a escola passa a interagir em grupo e necessita de uma atenção especial, pois, independentemente de sua idade, apresenta interesses e curiosidades. Desse

modo, a literatura infantil, em que o visual e o verbal se misturam, ganha espaço no cenário infantil.

O contato com a Literatura Infantil se faz inicialmente através de seu ângulo sonoro: a criança ouve histórias narradas por adultos, podendo eventualmente acompanhá-las com os olhos na ilustração. É essa última que introduz a epiderme gráfica do livro, de modo que a palavra escrita apresenta-se via de regra como o derradeiro elo de uma cadeia que une o indivíduo à obra literária. Contudo, tão logo ela se instala no domínio cognitivo de um ser humano, converte-o num leitor, isto é, modifica sua condição. Portanto, é a posse dos códigos de leitura que muda o status da criança e integra-a num universo maior de signos, o que nem a simples audição, nem o deciframento das imagens visuais permitem. (ZILBERMAN, 1994, p. 65).

No entanto, cabe destacar que, na época, havia um grande problema: não se escrevia ainda livros para as crianças aqui no Brasil, pois, até então, não havia “infância”. Assim, algumas estratégias foram criadas: tradução de obras estrangeiras, transcrição de histórias populares e adaptação de obras que eram destinadas a adultos - como os contos de fadas, destinados inicialmente a adultos, que foram adaptados ao público infantil por Charles Perrault.

No Brasil, o surgimento da literatura infantil ocorreu, primeiramente, por meio de adaptações de histórias adultas para as crianças da época. A partir de 1880 foram escritas obras destinadas para o público infantil. Como as crianças da época eram educadas por escravas, foram as histórias que estas contavam e a tradição popular que entraram para a literatura do século XIX, assim como as obras destinadas à escola. Isso pode ser visto na obra *Histórias de Tia Nastácia* de Monteiro Lobato, em que Tia Nastácia, ex-escrava, narra história de seu povo.

Segundo Lajolo e Zilberman (1988) a relação inicial existente entre a criança e a literatura era para consumo, sendo intermediária entre a criança e a sociedade, e como ação da escola, sendo objeto capaz de promover e estimular o leitor.

Verifica-se que na década de 1920, houve um confronto direto entre o tradicional e o moderno. Foi nessa época que se criou o verdadeiro espaço da Literatura Infantil, onde os autores procuravam um caminho mais autêntico para a literatura nacional.

Já entre os anos de 1930 e 1940 a literatura passou a ter uma intencionalidade pedagógica - o saber através do estudo. Nesse sentido, a literatura foi entendida como o caminho para preparar a criança/o indivíduo para a vida, principalmente como cidadão. É nesse período também que surgiu a literatura em quadrinhos, assim como os super-heróis e as aventuras. No entanto, junto com essas histórias e com a deterioração dos valores “civilizados”, a violência começa a surgir nas histórias em quadrinhos e cresce o interesse pela ficção científica.

Aproximadamente no ano de 1950, surgiu o teatro infantil, com representações de livros da literatura infantil. Já na década de 1960, na Ditadura Militar, muita coisa deixou-se de ser feita quanto à literatura, pois o Brasil passava por um período conturbado. Pode-se considerar essa época como um período de preparação para o que surgiria na década de 1970.

É, então, em 1970, que a criatividade teve um grande destaque dentro das obras literárias infantis. Surgiram dezenas de escritores que evidenciavam uma nova ideia de literatura, inquieta/questionadora, estabelecendo uma forte relação entre a criança e o mundo em que ela vive.

Portanto, a literatura infantil tem como característica a importância de circunscrever seu próprio espaço, de transparecer o modo como o autor/escritor quer que a criança veja o mundo, seja baseado na imaginação e fantasia, idealizando um mundo melhor, seja baseado na realidade. Ou seja, um autor escreve a partir de suas experiências de vida, sua época e de acordo com a sua visão de mundo, tendo liberdade para descrever experiências e inventar fatos, lugares, personagens, em que o leitor muitas vezes se reconhece.

No entanto, o escritor de obras literárias não pode divagar demais da realidade, pois o leitor precisa se reconhecer na obra e, acima de tudo, ela deve respeitar as experiências de vida que este possua, independente se é uma criança ou não.

Alguns escritores defendem a ideia de que não se deve utilizar obras literárias em sala de aula com o intuito pedagógico, pois temem que ela deixe de ser vista como uma obra de arte e passe a ser apenas textos que transmitem informações e conhecimentos. Porém, há quem acredite que as obras literárias podem ser usadas em sala de aula como agentes de

conhecimento, pois proporcionam um questionamento sobre a realidade da sociedade, ampliam os horizontes cognitivos do leitor e proporcionam o prazer pela leitura.

Portanto, a literatura infantil transforma-se em um excelente suporte para a exploração de valores e atitudes necessárias para o convívio em sociedade, indo ao encontro dos interesses do letramento, fator que justifica a utilização desse material literário em sala de aula (ZILBERMAN, 1994 p.65).

[...] não é atribuição do professor apenas ensinar a criança a ler corretamente: se está a seu alcance a concretização e expansão da alfabetização, isto é, o domínio dos códigos que permitem a mecânica da leitura, é ainda tarefa sua emergir do deciframento e compreensão do texto, através do estímulo à verbalização da leitura procedida, auxiliando o aluno na percepção dos temas e seres humanos que afloram em meio à trama ficcional. (ZILBERMAN, 1994, p. 24-25).

A literatura infantil pode ser considerada um agente de conhecimento que proporciona o questionamento dos valores da sociedade, desencadeando na abertura dos horizontes cognitivos do leitor, justificando, assim, a sua demanda no espaço escolar.

Desse modo, entende-se, então, que a literatura infantil, independente do objetivo em que é lido para a criança, deve estar presente em seu cotidiano, pois é a partir dela que a criança conseguirá entender a sua realidade, ou apenas ler boas obras e despertar o prazer pela leitura.

Segundo Lajolo e Zilberman (1988), a leitura tem grande responsabilidade na formação da consciência de mundo, pois além de ampliar o vocabulário e desenvolver a escrita, cria um repertório para a produção de textos e a capacidade de argumentar a realidade. Além disso, quanto mais abrangente a concepção de mundo e de vida, mais intensamente se lê.

A leitura deve começar na escola, mas não pode acabar nela. Segundo Geraldi (*apud* LAJOLO, 1988, p. 91), ler é produzir sentido, é estar contextualizado no texto, é atribuir-lhe significado.

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido de um texto. É, a partir do texto, ser capaz de atribuir-lhe significado, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura que seu autor pretendia e dono da própria vontade, de entregar a essa leitura, ou rebelar-se

contra ela, propondo outra não prevista (GERALDI *apud* LAJOLO, 1988, p. 91).

Com base em tais afirmações, a escola deve utilizar a leitura para proporcionar simultaneamente prazer e conhecimento, formando leitores críticos e capazes de decifrar entrelinhas, que buscam nos livros inspirações e respostas, ampliação da visão de mundo e valores, criando-se, assim, uma sociedade participativa e crítica.

É nesse sentido que a leitura da literatura infantil é necessária. O aluno leitor precisa ser atraído por esse tipo de literatura, assimilando os conceitos e estabelecendo relações com o mundo real.

Segundo Zilberman, o modo que a criança pensa e age sobre o mundo:

[...] se faz por intermédio da audição e da recepção de imagens visuais. O texto escrito lhe é imposto tão somente após a interferência e intermediação da escola. A partir de então, ela tem acesso às mesmas modalidades de cultura, podendo fazê-lo de modo autônomo, por libertar-se paulatinamente do adulto, senhor da voz que até então lhe transmitia o conhecimento. (1994, p. 67)

Sendo assim, a leitura de livros infantis desenvolve um papel formador, pois entrelaça o letramento à cultura, possibilitando o conhecimento de mundo e contribuindo para a emancipação pessoal.

Atualmente, existe uma infinidade de autores e obras destinadas exclusivamente às crianças, mas podemos citar Antônio Marques Castilho, que escreveu, em 1861, o primeiro livro brasileiro no âmbito escolar, chamado *O livro do Povo*, que tinha objetivos doutrinadores; bem como Carl Jansen, Figueiredo Pimentel e Olavo Bilac, escritores pioneiros da literatura infantil brasileira, cada um a seu estilo de escrever, porém todos fundamentais para a criação dela.

Destaco, ainda, a importância de Monteiro Lobato para a literatura infantil brasileira. Foi em 1920 que Lobato começou a escrever, para o público infantil, obras que ainda hoje são lidas.

Lobato foi um escritor muito popular, que conseguiu criar um mundo e personagens eternizados, como Emília, Tia Anastácia, Dona Benta e o Visconde de Sabugosa, todos frutos de sua incrível imaginação. Ele foi um autor que escreveu a partir de suas experiências de vida, sua época e de

acordo com a sua visão de mundo, tendo liberdade para descrever experiências e inventar fatos, lugares, personagens, em que o leitor muitas vezes se reconhece. Assim, sua literatura infantil é de grande valia para o processo de formação e o desenvolvimento da leitura de crianças, visto que por meio da mediação de sua leitura podem ser refletidos discursos diversos, bem como discutidas ideologias do início do século XX.

4 MONTEIRO LOBATO E SEU CONTEXTO HISTÓRICO

José Bento Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882, em Taubaté, São Paulo. Formou-se em direito e durante a sua formação fazia parte do grupo “O Minarete”, cujas reuniões eram destinadas a discutir temas de interesses nacionais. Após sua formação foi promotor do município de Areias.

Em 1930, Lobato envolveu-se com as questões de proteção das reservas naturais do nosso país, que vinha sendo explorada exageradamente por empresas multinacionais. Publicou então a obra literária *O escândalo do petróleo* (1936), em que denunciou a extração sem controle do petróleo.

O autor herdou de sua família uma fazenda, onde foi agricultor por muitos anos. Em 1941, revoltado com as queimadas realizadas aos redores da sua fazenda, escreveu para a seção “Queixas e Reclamações” do jornal *O Estado de São Paulo*, onde denunciou a situação e, por causa disso, foi convidado a ser colaborador do jornal.

Resolveu, então, vender a sua fazenda e mudar-se para a capital, onde comprou com o dinheiro da sua venda a *Revista do Brasil*. Lobato decidiu reunir alguns contos escritos e publicá-los com o nome de *Urupês* (1918). Em um ano, ele vendeu cerca de 12 mil exemplares, sendo, assim, considerado o fundador da indústria do livro no Brasil.

Lobato visava criar uma nova modalidade de expressão literária, marcada por inovações, destacando-se entre os autores regionalistas do período dito como Pré-modernismo, com o gênero conto. No entanto, cabe destacar que Monteiro Lobato sempre esteve preso a certos modelos do período Realismo/Naturalismo.

O Pré-modernismo, que ocorreu no início do século XX, até 1922, quando foi realizada a Semana da Arte Moderna, serviu de ponte para unir as tendências do Parnasianismo, Simbolismo, Realismo e Naturalismo.

Na segunda metade do século XIX, o Romantismo vinha sendo substituído por uma ideologia científica e materialista, decorrente da importância que a ciência vinha tendo como única fonte de explicar a realidade. Nas últimas décadas do século XIX, em reação ao Romantismo, surge então o

Realismo. Esse movimento literário é o marco de mudança do abstrato para o concreto e do universal para o individual, ou seja, da transição do vago (Romantismo) para o fato (Realismo).

São características do Realismo: a necessidade do ambiente, a estrutura moral, a obediência aos princípios. De forma geral, as narrativas realistas ganharam o gosto de descrever a realidade brasileira.

Após a extinção do tráfico de escravos, iniciou-se a crise da economia açucareira, a imigração para o Sul e, com os interesses da classe média, despertou-se as ideias abolicionistas e republicanas, além da chegada de ideias positivistas e evolucionistas.

A abolição e a República foram os temas abordados pelos homens intelectuais dos anos 1870. A ideologia de abolição vinha sendo moldada de acordo com a monarquia constitucional inglesa de acabar com a tradição escolástica e o ecletismo romântico.

O partido liberal lançou a ideia de uma democracia com novas ideias e isso reforçou na população a ideologia do positivismo, evolucionismo, a crítica religiosa e o naturalismo. E essas novas ideologias apareceram com grande ênfase na literatura brasileira.

Os escritores realistas tinham a visão de que suas obras deveriam falar de um mundo exterior existente, real, sendo considerada também uma forma implícita de liberdade. Assim, o Realismo começou aparecer em romances e nos contos por meio da tendência *naturalista*, e na poesia, por meio da tendência *parnasianista*.

No Realismo ficcional são narrados os costumes contemporâneos da primeira metade do século XIX e isto faz com que os escritores realistas sintam-se na obrigação de descobrir seus personagens no sentido positivista, ou seja, por meio de seus comportamentos, não fazendo reflexões, mas sim traçando uma personalidade contemporânea de seus personagens.

Nesse período ocorreram duas grandes Guerras Mundiais, que despertaram o sentimento de viver o presente, bem como a invenção do avião, do telégrafo, do cinema, entre outras; e dois modos de literatura: o conservador, em que há a presença do naturalismo e do parnasianismo; e o renovador, que aborda as tensões da época e a realidade brasileira.

Tal realidade desencadeou uma luta aos interesses da população brasileira, em que se questionava sobre como ocorreu a abolição da escravatura, a marginalização do negro que havia conquistado a sua liberdade e a situação do proletariado. Tudo isso passou a ser refletido, conseqüentemente, nas obras literárias desse período, que traziam como temas situações da realidade, como a Guerra dos Canudos e a chegada dos imigrantes para substituir a mão de obra escrava. Isso pode ser observado na obra *Urupês*, em que temos o personagem Jeca Tatu, um caipira que vive no interior de São Paulo. Nesta obra, Monteiro Lobato critica a fase em que o Brasil se encontrava, o qual julgava atrasado e ignorante, pois o autor visava um país moderno e estimulado pelo progresso e pela ciência.

Pode-se afirmar que Monteiro Lobato teve um grande prestígio como escritor e intelectual, e se destacou pelas lutas políticas e sociais. Moralista, reforçava a ideia de uma evolução da população brasileira, tanto no âmbito material quanto mental. De acordo com Oliveira (2000, p.243), Monteiro Lobato defendeu a democracia, a melhoria do sistema de saúde pública, a exploração do nossos minerais e combustíveis.

Lobato chegou a enviar uma carta para o atual presidente da época, Getúlio Vargas, alertando-o da corrupção que estava acontecendo em seu governo. Também enviou uma carta para o Ministério da Guerra, onde resolveram processá-lo por insubordinação a autoridade do país, tendo a sua prisão preventiva decretada. No primeiro julgamento teve a sua absolvição, mas quando a sua sentença ia ser ratificada, Lobato mandou mais duas cartas debochando do general que o havia processado e outra para Getúlio Vargas, retirando suas considerações anteriores. Isso pode ser visto no trecho da carta abaixo, presente no livro *Arte literária brasileira*:

[...] verdadeiro amigo dum Chefe de Estado não é o que anda com retratinhos dele na lapela, mas sim o que desassombradamente o adverte dos crimes cometidos em seu nome. Se houvesse No Brasil cem homens que, em cem setores diferentes, se dirigissem ao Presidente com a brutal crueza deste detento, o Presidente estaria sempre a par do reverso da medalha – e poderia agir sem erro, tirando com segurança a linha média do Bem Público. (Oliveira, 2000, p. 242).

A absolvição foi cancelada e Lobato cumpriu quatro anos de prisão, porém nunca deixou de escrever suas obras literárias.

Lobato, além de escrever livros, investiu financeiramente em editoras, como a Monteiro Lobato e Cia., depois a Companhia Editora Nacional e a Brasiliense, e assim publicava seus próprios livros. Essa ousadia deu-se pelo fato de haverem poucas editoras e também pela falta de interesse das mesmas em publicar livros infantis.

Em 1920, Lobato publica seu primeiro livro destinado ao público infantil. O autor preocupou-se em inserir personagens da história, como, por exemplo, a figura cultural do Saci, que ganhava destaque e popularidade na época - por essa razão ganhou sua participação em seus livros, pois representa a brasilidade.

Em 1920, ele escreveu o livro de leitura para uso das escolas primárias, *Narizinho Arrebitado*. Nessa obra ganha destaque a menina Narizinho, que morava com a avó Dona Benta e a Tia Nastácia, a cozinheira da família e quem presenteou a menina com uma boneca de pano, de nome Emília. Depois, somaram-se aos personagens, Pedrinho, outro neto de Dona Benta, e o boneco feito de espiga de milho, de nome Visconde de Sabugosa. Esses personagens aparecem em quase todos os livros, raramente algum deles deixam de aparecer nas histórias.

Já no ano de 1931, Lobato decide remodelar seu segundo livro, reunindo a ele mais algumas histórias que havia escrito até então. O livro *Narizinho Arrebitado* recebe um novo nome: *Reinações de Narizinho*.

Lobato decide encerrar suas histórias de sua coleção “Sitio do Pica-Pau Amarelo” em 1944, com o livro *Os doze trabalhos de Hércules*. É a partir desse ano que Lobato não publica mais livros no Brasil, pois se muda por algum tempo para Argentina, onde continua seu trabalho por lá.

Em 1970, suas histórias foram adaptadas para a televisão e levadas ao ar com o nome de “O sítio do Pica-pau Amarelo”, sendo transmitida na década de 1990.

Segundo Cereja e Magalhães (2000, p. 329), Lobato não tinha pretensão de promover qualquer tipo de renovação, nem estética nem psicológica. Acima de tudo, Lobato foi um grande contador de histórias, de casos, preso a modelos realistas. No entanto, encontrava em suas histórias oportunidades de criticar

alguns hábitos brasileiros, como a cópia por modelos estrangeiros, a submissão das massas eleitoras, o nacionalismo e etc. Apesar de sua ideologia, Lobato mostrava-se conservador, criando várias polêmicas.

Em suas obras literárias, Monteiro Lobato aproveitava para transmitir para as crianças valores morais que ele considerava correto, conhecimentos sobre o nosso país e nossas tradições.

Monteiro Lobato faleceu no dia 4 de julho de 1948, mas deixou suas obras, com suas ideologias, seus discursos.

5 ANÁLISE DE DISCURSO

Em 1950, alguns teóricos começaram a repensar sobre a análise da língua e os padrões estruturais vigentes da época. Entre eles pode-se destacar Harris, Roman Jakobson e Émile Benveniste.

Nessa época, houve uma preocupação em se entender como funcionava a linguagem em uso. Assim, a dimensão social passa a fazer parte do estudo da língua.

Benveniste afirmava em sua Teoria da Enunciação que a linguagem possui possibilidades de expressão e que o sujeito conseqüentemente deixa transparecer traços discursivos. Essa nova concepção serviria como base teórica, em 1969, para a publicação de *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, que criou a denominação Análise de Discurso (AD).

Assim, Análise do Discurso (AD) pechetiana surgiu como ruptura às pesquisas do século XIX. Essa teoria considera que a língua é relativamente autônoma; a história tem seu real afetado pelo simbólico; e o sujeito é assujeitado, pois é afetado pelo real da língua e da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam.

A linguagem passou, assim, a ser vista como um fenômeno social não da língua, mas que está localizado em um nível que está fora da língua/fala, um nível que é constituído pelo contexto histórico-social e pelo contexto de enunciação. É nesse sentido que temos o discurso.

Tanto o termo discurso quanto o termo Análise do Discurso (AD) remetem ao modo de apreensão da linguagem como prática social.

Segundo Orlandi:

A análise de discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (2005, p.15).

O discurso estaria relacionado, então, às condições de produção dos enunciados, sendo um fenômeno de manifestação espaço-temporal de um

sentido social e histórico. É a partir dele que encontramos as marcas do enunciador.

A análise de discurso trata-se não apenas de estudo da língua, mas sim sobre o que há nas entrelinhas, como a relação de poder, a ideologia do sujeito e todas as diferentes manifestações humanas.

O discurso está totalmente relacionado às posições ideológicas dos sujeitos, e essas são organizadas com ideais, valores. Segundo Pêcheux (1990, citado por MELO *et al.*, 2009), o discurso é a materialização ideológica, e o sujeito é constituído em Sujeito pela ideologia. Portanto, a língua como discurso não pode ser dissociada de seus falantes.

A partir dessa concepção de sujeito ideológico, entende-se que a Análise do Discurso se posiciona como um campo investigativo da sociedade, pois investiga as relações de poder a qual o indivíduo é submetido, ou seja, assujeitado.

Entende-se por assujeitamento a interpelação do sujeito pela ideologia. Isso ocorre sem que o sujeito perceba - ele acredita que tem livre vontade de escolher a posição social e seu discurso, quando na verdade é dominado pela ideologia.

Compreende-se por ideologia o fator principal para a constituição de sujeito, sendo essencial na relação entre linguagem e mundo. A ideologia não deve ser vista como representações, como visão de mundo e, nem tão pouco, como ocultação da realidade, até mesmo porque não há realidade sem ideologia, como afirma Orlandi (2005, p. 48).

Considera-se que a ideologia é efeito da relação necessária do sujeito com a história e com a língua. Desse modo, a língua só produz sentido por causa da ideologia; e é por meio da análise do discurso que é possível observar essa relação entre língua e ideologia, ou seja, é a partir da AD que podemos verificar como a língua produz sentido pelos/para os sujeitos.

Portanto, se é por meio do discurso que podemos refletir e interpretar a relação homem-história-sociedade; é também por meio do discurso das obras infantis de Monteiro Lobato que poderemos analisar a ideologia preconceituosa do início do século XX.

6 ANÁLISE DAS OBRAS DE MONTEIRO LOBATO

Neste capítulo analisaremos três obras literárias infantis do autor Monteiro Lobato, sendo elas: *Reinações de Narizinho*, *Caçadas de Pedrinho* e *Histórias de Tia Nastácia*.

Reinações de Narizinho, escrito em 1931, trata-se do primeiro livro que o autor Monteiro Lobato escreveu sobre o Sítio do Picapau Amarelo. É nesse livro que são apresentados os personagens que compõem as histórias do Sítio do Picapau Amarelo: Pedrinho, Narizinho, Emília, Dona Benta, Tia Nastácia, Visconde de Sabugosa. Nele é apresentada uma coleção de pequenas histórias, que contam as aventuras dessa turma. Algumas dessas histórias contam com a participação de alguns personagens conhecidos da época, como Branca de Neve e Cinderela.

O livro *Caçadas de Pedrinho*, publicado em 1933, conta a aventura vivida pelos moradores do Sítio do Picapau Amarelo quando organizam uma caçada a uma onça que rondava o sítio. Logo que a notícia da caçada se espalha entre a bicharada, uma grande confusão se inicia e a aventura começa.

O livro *Histórias de Tia Nastácia*, publicado pela primeira vez em 1937, reúne 43 histórias do folclore brasileiro. Estas são contadas pela cozinheira do Sítio do Picapau Amarelo, a Tia Nastácia, que ouvia essas histórias de seus pais quando criança. Esses contos, causos e superstições que foram passadas de geração em geração são contadas na varanda da casa do sítio. Ao término de cada história, os demais personagens, Pedrinho, Narizinho, Emília e Dona Benta, fazem comentários sobre as histórias ouvidas.

Apesar de os títulos serem destinados ao público infantil, observa-se que as obras de Monteiro Lobato trazem um sujeito discursivo preconceituoso. Como dito anteriormente, o sujeito é ideológico, e essa ideologia é materializada por meio do discurso.

Cabe destacar que esse assujeitamento ideológico pode ser encontrado, também, em alguns trechos de cartas do autor em

correspondência com Renato Kehl e Arthur Neiva, grandes entusiastas da eugenia².

País de mestiços, onde branco não tem força para organizar uma Kux-Klan (sic), é país perdido para altos destinos. [...] Um dia se fará justiça ao Ku-Klux-Klan, tivéssemos aí uma defesa dessa ordem, que mantêm o negro em seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo jogo do galego, e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destrói a capacidade construtiva. (Carta a Arthur Neiva de 10 de abril de 1928 - GONÇALVES, 2011).

Observa-se, nesse trecho da carta, um discurso racista e de superioridade racial (de brancos sobre os negros), bem como um discurso negativo sobre a ideologia do branqueamento³ – a miscigenação do negro com o branco poderia comprometer o progresso do Brasil, visto que interferiria na “qualidade”, tanto física quanto mental, do povo brasileiro. Para Monteiro Lobato a eugenia, pureza racial - no caso do povo branco -, seria a solução para a salvação do país.

Em outro trecho da carta, destinada ao escritor Godofredo Rangel, encontramos mais um pouco do discurso preconceituoso do autor:

Dizem que a mestiçagem liquefaz essa cristalização racial que é o caráter e dá uns produtos instáveis. Isso no moral – e no físico que feiura! Num desfile, à tarde, pela horrível rua Marechal Floriano, da gente que volta para os subúrbios, que perpassam todas as degenerescências, todas as formas e má-formas humanas – todas menos a normal. Os negros da África, caçados à tiro e trazidos à força para a escravidão, vingaram-se do português de maneira mais terrível – amulatando-o e liquefazendo-o, dando aquela coisa residual que vem dos subúrbios pela manhã e reflui para os subúrbios à tarde. (Carta ao escritor Godofredo Rangel de 1908 – GONÇALVES, 2011).

Nesse trecho, observa-se, novamente, a preocupação de Lobato com a ideologia do branqueamento, que valorizava a miscigenação. Para ele essa ideologia interferia na aparência do povo brasileiro, é o que pode ser visto no

² Ciência que se ocupa com o estudo e cultivo de condições que tendem a melhorar as qualidades físicas e morais de gerações futuras, especialmente pelo controle social dos matrimônios (Dicionário Michaelis). Esse controle social tinha o intuito de melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações.

³ Ideologia baseada na teoria do Darwinismo (seleção natural), que acreditava que, com a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil, seria estabelecida uma supremacia racial, em que, por meio da mestiçagem, se eliminaria os negros.

discurso do trecho anterior, em que são destacados os “defeitos físicos” que a mistura de raças criara.

Já em outro trecho de carta, também destinada ao escritor Godofredo Rangel, Lobato apresenta um discurso racista, que admira a agressão sofrida pelos escravos:

Meu romance não encontra editor. [...] Acham-no ofensivo à dignidade americana. [...] Errei vindo cá tão verde. Devia ter vindo no tempo em que eles linchavam os negros. (Carta ao escritor Godofredo Rangel, sobre o romance *O choque das raças ou o presidente negro*, que Lobato pretendia publicar nos Estados Unidos – GONÇALVES, 2011).

Portanto, por meio desses trechos é possível identificar os discursos preconceituosos/discriminatórios comum na época (começo do séc. XX): eugenia, ideologia do branqueamento e racismo. Todos esses eram justificados como ações para o progresso e desenvolvimento do país e da sociedade brasileira. E são essas ideologias que transparecem nas obras de Monteiro Lobato através de seu discurso, principalmente quando este se refere à personagem Tia Nastácia.

Tia Nastácia, uma personagem presente em quase todas as histórias infantis lobatianas, é a cozinheira do Sítio do Picapau Amarelo. Ela é uma senhora negra, filha de escravos, que conhece várias histórias/causos que foram passados de geração em geração na época da escravidão. É uma personagem que se limita no espaço da cozinha da casa e que, muitas vezes, é desrespeitada em momentos de discussão pelos demais personagens do sítio.

Observa-se que Tia Nastácia sempre sofre preconceito nas histórias de Monteiro Lobato. Por exemplo, no livro *Histórias de Tia Nastácia*, a cozinheira é referida pejorativamente, inúmeras vezes, como “a preta” ou “a negra”:

- Que história de contar sete é essa? – perguntou Emília quando a negra chegou ao fim. – Não estou entendendo nada.
- Mas isto não é para entender, Emília. – respondeu a negra. – É da história. Foi assim que minha mãe Tiaga me contou o caso da princesa ladrona, que eu passo para diante do jeito que recebi. (LOBATO, 2002, p. 23).

- Não sei, menina – respondeu a preta. – A história eu ouvi assim e por isso conto assim. Pássaro de pluma é pássaro de pena, parece. (LOBATO, 2002, p. 28)

Além da cor de Tia Nastácia ser exaltada frequentemente nas obras de Lobato, sua forma física (lábios e nariz) é evidenciada por meio de um discurso preconceituoso e pejorativo.

- Bem se vê que é preta e beiçuda! Não tem a menor filosofia, esta diaba. Sina é o seu nariz sabe? Todos os viventes têm o direito à vida, e para mim matar um carneirinho é um crime ainda maior do que matar um homem. Facínora!... (LOBATO, 2002, p. 88).

No trecho acima, em que Emília discute com a Tia Nastácia, além da descrição física negativa, vemos ainda que a cozinheira é chamada de “diaba” pela boneca.

É importante destacar que nas obras de Monteiro Lobato, em momentos de desrespeito com a personagem Tia Nastácia, nunca é chamada atenção das crianças sobre tais atitudes. Segundo Cecília Meireles (*apud* ZILBERMAN, 2010, p. 146):

Recebi os livros de Lobato. [...] Ele é muito engraçado, escrevendo. Mas aqueles seus personagens são tudo quanto há de mais malcriado e detestável no território da infância. De modo que eu penso que os livros podem divertir (tenho reparado que divertem mais adultos do que as crianças) mas acho que deseducam muito. É uma pena. [...]

Ao contrário do que muitos pensam, não é só na voz da boneca Emília que encontramos um discurso preconceituoso, mas também na voz dos demais personagens da obra literária e do narrador, como visto anteriormente.

No livro *Reinações de Narizinho*, é na voz da personagem Narizinho que se tem um discurso preconceituoso sobre a Tia Nastácia:

[...] Também apresento a princesa Anastácia. Nem reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura. (LOBATO, 2012b, p. 221).

Nesse trecho vemos um discurso discriminatório que associa a cor negra à maldição, discurso religioso muito comum para justificar a escravidão na época da colonização. Além disso, é essa maldição que justifica ela poder

ser princesa, visto que temos um discurso estereotipado na sociedade que diz que para ser princesa precisa ser “linda e loura” e não negra/preta.

No livro *Caçadas de Pedrinho*, temos um discurso preconceituoso, em que se inferioriza a personagem Tia Nastácia por causa da sua cor, como se sua cor não valesse nada.

- É guerra e das boas. Não vai escapar ninguém – Nem Tia Nastácia, que tem carne preta. As onças estão preparando as goelas para devorar todos os bípedes do sítio, exceto os de pena. (LOBATO, 2012a, p. 13)

Em outro trecho, Tia Nastácia é comparada a uma macaca:

Sim era o único jeito – e Tia Nastácia, esquecida de seus numerosos reumatismos, trepou que nem uma macaca de carvão pelo mastro de São Pedro acima, com tal agilidade que parecia nunca ter feito outra coisa na vida senão trepar em mastros. (LOBATO, 2012, p. 23)

Cabe destacar que este trecho está em uma parte da história em que os demais personagens são comparados a macacos, porém apenas para Tia Nastácia é atribuído o adjetivo de “carvão”, dando a ideia de que não é um macaco qualquer, mas um macaco preto.

De acordo com os trechos das cartas que Monteiro Lobato escrevia, admirando o Ku-Klux-Klan, ele simpatizava com a ideia da eugenia⁴ das raças. Os eugenistas, na tentativa de justificar a escravidão, classificavam os negros como uma espécie de humanoides, mais próximos dos macacos do que dos homens. Esse discurso classificatório pode ser observado no trecho citado anteriormente, que contribui para a inferiorização da personagem negra.

Em *Histórias de Tia Nastácia*, além do discurso preconceituoso sobre a personagem negra, tem-se um discurso preconceituoso sobre a cultura do povo brasileiro. Observa-se que, conforme a personagem Tia Nastácia conta suas histórias, que estão ligadas à cultura negra/africana passada de geração em geração pelos escravos, os demais personagens que ouvem as histórias sempre as criticam, mostrando o encantamento que têm por histórias europeias.

⁴ A ideia de eugenia surgiu entre os séculos XIX e XX, quando os europeus consolidavam na ciência a visão de algumas raças serem mais evoluídas que outras. (RODRIGUES, 2009).

Por exemplo, no início desse livro, Pedrinho está sentado na varanda do sítio lendo um jornal, e isso desperta a sua curiosidade em entender o que é folclore:

- Uma ideia que eu tive. Tia Nastácia é o povo. Tudo que o povo sabe e vai contando, de um para outro, ela deve saber. Estou com o plano de espremer Tia Nastácia para tirar o leite do folclore que há nela. (LOBATO, 2002 p. 5)

Neste trecho vemos que Tia Nastácia é associada ao povo, pois o folclore é algo pertencente a cultura popular. Ou seja, a cozinheira do sítio, que é negra e filha de escravos, passa a ter o papel de representante do povo.

No entanto, no decorrer das histórias, percebe-se uma grande insatisfação por parte dos personagens ao ouvir tais histórias, como podemos ver no trecho a seguir:

Emília torceu o nariz.
Essas histórias folclóricas são bastante bobas – disse ela. – Por isso é que não sou “democrática”! Acho o povo muito idiota... (LOBATO, 2002, p. 13)

Além disso, a personagem Emília, em evidência ao final de cada história contada por Tia Nastácia, faz questão de criticar e de mostrar que admira histórias escritas por autores estrangeiros:

- Essa do Sargento Verde, por exemplo. É tão idiota que um sábio que quiser estudá-la acabará também idiota. Eu, francamente, passo essas tais histórias populares. Gosto mais é das de Andersen, das do autor de Peter Pan e das do tal Carroll, que escreveu Alice no País das Maravilhas. Sendo coisa do povo eu passo... (LOBATO, 2002, p. 18-19).

Percebe-se nesse discurso a valorização da cultura europeia sobre a cultura brasileira, conseqüentemente da cultura branca sobre a negra - visto que consideramos que Tia Nastácia, personagem negra, simboliza a cultura brasileira (inferior) e a Emília, personagem branca, simboliza a cultura europeia (superior).

Assim, não é somente o negro que é inferiorizado, mas o povo brasileiro é visto como inferior se comparado ao povo europeu, como pode ser

visto na fala da personagem Dona Benta, dona do Sítio, senhora idosa, avó de Narizinho e Pedrinho:

[...] Nós não podemos exigir do povo o apuro artístico dos grandes escritores. O povo... O que é o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, sem cultura nenhuma, que nem ler sabem... (LOBATO, 2002, p. 23).

Diante desse trecho da personagem Dona Benta, vemos que ela e os demais personagens não se incluem como integrantes do “povo”. Para ela só é considerado “povo” gente como a Tia Nastácia - pobre, velha, sem cultura, analfabeto e, porque não, negro.

Cabe destacar que não só as personagens crianças que inferiorizam e discriminam a personagem Tia Nastácia. No trecho anterior temos a voz de Dona Benta concordando com as crianças. Ou seja, ela, como uma senhora, que poderia criticar o discurso preconceituoso das crianças, não o faz.

Assim, por meio da análise do discurso das obras infantis de Monteiro Lobato é possível conhecer um pouco a ideologia preconceituosa do início do século XX, bem como criar estratégias para a leitura desse tipo de obra, que traz para discussão e reflexão a relação étnico-racial.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de discutir a questão étnico-racial na educação brasileira, foi criada a Lei n. 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Ou seja, a valorização da história e cultura afro-brasileira no ensino.

Como ainda não há materiais didáticos suficientes para colocar em prática o que essa lei determina, os professores encontraram nas obras literárias uma forma de trabalhar com seus alunos essa temática.

Assim, por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola, são selecionados e distribuídos, às escolas públicas de todo país, livros que não tenham nenhum tipo de estereótipo, doutrinação ou qualquer forma de discriminação, já que são distribuídos a jovens e crianças ainda em formação. No entanto, tal precaução do MEC não prevê a restrição das obras de Monteiro Lobato, acusado de racista, nem tão pouco a sua extinção das bibliotecas das escolas.

Assim, com o intuito de evidenciar o discurso das obras de Monteiro Lobato é que foi realizada a análise das obras: *Histórias de Tia Nastácia*, *Reinações de Narizinho* e *Caçadas de Pedrinho*.

Por meio da análise do discurso dessas obras foi verificado o tratamento dado à personagem negra Tia Nastácia. Observou-se que nas três obras o discurso sobre o negro o inferioriza, estereotipa, discrimina. Além disso, como o sujeito é ideológico, esse discurso está relacionado às ideologias que o autor seguia, conforme foi visto nos trechos de carta também analisados.

Espera-se que por meio dessa análise, o professor tenha subsídios para desenvolver um encaminhamento metodológico de acordo com a Lei n.10.639/2003, proporcionando ao educando uma reflexão sobre a ideologia preconceituosa da época (início do século XX) e sua contextualização.

Cabe destacar que, ao utilizar as obras de Monteiro Lobato sem fazer uma reflexão sobre o seu discurso, o professor não estará contribuindo de forma eficaz com a implementação da Lei, visto que nas obras aparecem questões que vão de encontro com o que a Lei determina, pois estimula o preconceito e não valoriza o negro.

Desse modo, cabe exclusivamente ao professor mediar de forma correta a leitura das obras de Lobato, a fim de intervir contra manifestações racistas. Ao refletir de maneira crítica o discurso preconceituoso das suas obras literárias do início do século XX, acredito ser possível combater as ações discriminatórias no Brasil, não alimentando preconceitos que enfatizam nossa história de escravidão e que ainda hoje refletem em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC/SEF, 2003.

CEREJA, Roberto William; MAGALHÃES, Cochar Thereza. **Literatura Brasileira: ensino médio.** 2. ed. reform. São Paulo: Atual, 2000.

GONÇALVES, A. M. Carta Aberta ao Ziraldo. **O biscoito fino e a massa** (blog), 18 fev. 2011. Disponível em: <http://www.idelberavelar.com/archives/2011/02/carta_aberta_ao_ziraldo_por_ana_maria_goncalves.php> Acesso em: 03 nov. 2015.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: histórias & histórias.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1988.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho.** São Paulo: Globo, 2012a.

_____. **Histórias da Tia Nastácia.** 32. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

_____. **Reinações de Narizinho.** São Paulo: Globo, 2012b.

MELO, de Ferreira Iran. Análise de Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**, n. 11, 2º semestre. 2009. Disponível em: <http://www.letramagna.com/adeacd.pdf>

OLIVEIRA, de Bellezi Clenir. **Arte Lierária brasileira.** São Paulo: Moderna, 2000.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 6ª ed. São Paulo: Pentes, 2005.

REVISTA Bravo, São Paulo, abril/maio 2011.

RODRIGUES, Elisa. Raça e controle social no pensamento de Nina Rodrigues. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 2, n. 2, jul./dez. 2009.

TRINDADE, Alexandro Dantas. **“Questão Nacional” e “Questão Racial” no pensamento social brasileiro**. UFPR, 2014. p. 73-119.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 8. ed. São Paulo: Global, 1994.

_____. **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

_____. **Monteiro Lobato e suas fases: estudos de literatura brasileira contemporânea** (dossiê: literatura infantil), Brasília, n. 36, julho/dezembro de 2010, p. 141-152.

ANEXO**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.**

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque